

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS DE HISTÓRIA

2

1ª
SÉRIE



Ensino Médio

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



/SeeducRJ



/seeducrj



/seeducrjio

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação

Comte Bittencourt
Secretário de Estado de Educação

Andrea Marinho de Souza Franco
Subsecretária de Gestão de Ensino

Elizângela Lima
Superintendente Pedagógica

Coordenadoria de Área de conhecimento
Maria Claudia Chantre

Assistentes
Carla Lopes
Roberto Farias
Verônica Nunes

Texto e conteúdo

Profª Carla Machado Lopes
Colégio Estadual Rodrigo Otávio Filho (Brasil-Itália)
Prof. Guilherme José Motta Faria
C.E. Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto
Profª Márcia Teixeira Pinto
C. E. Professora Luiza Marinho

Capa

Luciano Cunha

Revisão de texto

Prof^a Alexandra de Sant Anna Amancio Pereira

Prof^a Andreia Cristina Jacurú Belletti

Prof^a Andreza Amorim de Oliveira Pacheco.

Prof^a Cristiane Póvoa Lessa

Prof^a Deolinda da Paz Gadelha

Prof^a Elizabete Costa Malheiros

Prof^a Ester Nunes da Silva Dutra

Prof^a Isabel Cristina Alves de Castro Guidão

Prof José Luiz Barbosa

Prof^a Karla Menezes Lopes Niels

Prof^a Kassia Fernandes da Cunha

Prof^a Leila Regina Medeiros Bartolini Silva

Prof^a Lidice Magna Itapeassú Borges

Prof^a Luize de Menezes Fernandes

Prof Mário Matias de Andrade Júnior

Paulo Roberto Ferrari Freitas

Prof^a Rosani Santos Rosa

Prof^a Saionara Teles De Menezes Alves

Prof Sammy Cardoso Dias

Prof Thiago Serpa Gomes da Rocha

Esse documento é uma curadoria de materiais que estão disponíveis na internet, somados à experiência autoral dos professores, sob a intenção de sistematizar conteúdos na forma de uma orientação de estudos.

© 2021 - Secretaria de Estado de Educação. Todos os direitos reservados

DISCIPLINA: HISTÓRIA

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS PARA HISTÓRIA

2º Bimestre de 2020 - 1ª série do Ensino Médio

META:

- Identificar a crise do XIV correlacionando-a com o surgimento dos movimentos reformistas religiosos, o processo de decadência do domínio do Cristianismo e o surgimento do Estado Moderno na Europa e suas implicações econômicas, políticas e sociais.

OBJETIVOS:

Ao final desta Orientação de Estudo, você deverá ser capaz de:

- Identificar os elementos da crise do século XIV.
- Compreender o conceito de antropocentrismo.
- Analisar os agentes de crise da Igreja Católica.
- Comparar as principais correntes do cristianismo protestante e suas implicações socioeconômicas e políticas.
- Desenvolver comportamentos de tolerância religiosa.
- Discutir os conceitos de Estado Moderno e Absolutismo.
- Comparar as práticas mercantilistas.

1. INTRODUÇÃO

O conteúdo abordado no 1º ano do Ensino Médio é a passagem da Idade Média para o período moderno e dessa forma os assuntos mais emblemáticos deste período foram selecionados para seu estudo.

Primeiramente, a partir de um ponto de vista político-cultural, abordaremos o Renascimento; evento que inaugura a chamada Idade Moderna. Nosso objetivo aqui é trazer para o aluno a compreensão do Renascimento a partir de um processo histórico que se inicia com a crise do século XIV e desemboca no renascimento comercial, cultural e científico.

Abordaremos também a crise da Igreja Católica que terminou em uma ruptura de alguns setores com a Igreja, inaugurando outra forma de se pensar a religiosidade: a Reforma Protestante.

Pretendemos que você compreenda que, mais que um movimento de ordem religiosa, a reforma teve caráter político e econômico e se coadunou com os interesses em disputa no período.

Por fim, vamos estudar a nova configuração política da Europa Moderna que resultou na formação dos Estados Modernos e das Monarquias absolutistas, atentando para as causas e consequências dessa nova configuração política e abordando as principais características, especialmente o mercantilism

2.Aula

1.

O Renascimento

O final do século XIII e início do século XIV na Europa foi um período de grande preocupação. O sistema feudal se viu estagnado, isso porque as terras cultiváveis se esgotavam ao passo que a população crescia. O resultado dessa situação, na prática, era a ameaça de fome, uma vez que a produção de alimentos não era o suficiente para atender a todos, principalmente se levarmos em conta a distribuição desigual. É importante mencionar, que essa situação foi resultado do tipo de exploração feudal do solo (predatória e extensiva), que baseava o aumento da produção à incorporação de novas terras e não na melhoria de técnicas agrícolas. Como não havia mais novas terras para cultivar, a

produção não acompanhou o crescimento populacional.

Para piorar a situação, o início do século XIV foi arrasado por intensas chuvas, que diminuíram ainda mais as colheitas, aumentando a fome. Mas, as chuvas não trouxeram apenas fome à população, trouxe também o risco de doenças. E, de fato, uma epidemia de Peste Bubônica, causada pela urina de rato, se espalhou por toda Europa: chamada também de Peste Negra.



Imagem 1 – Fonte: <https://youtu.be/OtzsRdgzadY>

A Peste Negra dizimou cerca de um terço da população europeia, causando terror na população, destruição da produção e abandono das cidades. A essa situação trágica somou-se as mortes causadas pela Guerra dos Cem Anos, conflito envolvendo França e Inglaterra entre os anos 1337 e 1453. O século XIV também foi palco de inúmeras revoltas de camponeses contra o aumento da exploração por parte dos senhores feudais, que queriam garantir a continuidade de seus rendimentos e estilo de vida luxuoso, mesmo com suas terras prejudicadas e abandonadas por muitos servos. As rebeliões dos servos foram duramente reprimidas, mas tornaram inviável a manutenção das relações feudais que, aos poucos, foram se extinguindo e sendo substituídas por relações salariais. Já nas cidades, houve retomada do crescimento comercial e o revigoramento do mercado era favorecido pelo aumento dos preços das manufaturas.

O grupo que sai fortalecido é a burguesia comercial, que adquirira propriedades dos nobres falidos. Essa mesma burguesia, apoiava a concentração de poderes nas mãos do rei, já que isso significaria padronização da moeda, dos pesos e das medidas, além de maior proteção dos mercados contra concorrência externa. Dessa forma, apesar de ser

caracterizado pela crise, o século XIV transforma as relações características do período medieval e prepara a Europa para o período moderno que é inaugurado no século seguinte.

Essas mudanças ocorridas no XIV ocorrem em diversos campos. No campo das ideias, surge uma nova forma de se pensar o universo: o **Antropocentrismo**. A Europa medieval foi dominada pelo **Teocentrismo**, pensamento em que Deus é considerado o centro de tudo e a religião explica todas as coisas do mundo. De acordo com o Antropocentrismo, é o homem o centro do universo e a razão humana deve superar o misticismo religioso. Esse ideal foi apropriado pelos **Humanistas** que, nos séculos XV e XVI, participaram ativamente do movimento filosófico, científico, literário e artístico conhecido como **RENASCIMENTO**.

O humanismo é um dos aspectos fundamentais das obras produzidas pelos artistas do Renascimento, percebido no privilégio dado às ações humanas, refletidas em situações do cotidiano e na rigorosa reprodução dos traços e formas humanas (naturalismo). A valorização da razão e a concepção antropocêntrica de que o homem é o centro do universo está presente em diversas obras renascentistas, como no desenho de Leonardo da Vinci "O Homem Vitruviano".

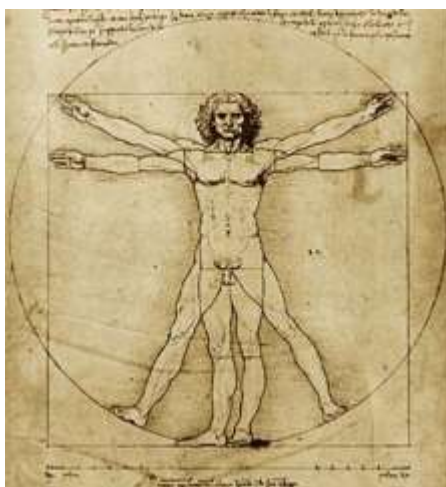


Imagem 2- Fonte: <https://www.desenhoonline.com/site/o-que-e-o-homem-vitruviano/>

O Renascimento também tinha como característica a valorização das concepções artísticas da Antiguidade Clássica ou Classicismo. Os renascentistas acreditavam que, ao inspirarem-se nas obras dos gregos e dos romanos da antiguidade, estavam “renascendo” a cultura clássica, daí o termo “Renascimento”

É importante mencionar que, o Renascimento teve início nas cidades italianas favorecidas pelo desenvolvimento comercial já no século XIV, como Gênova, Veneza e Florença. No entanto, ele acaba se espalhando por outros países europeus nos séculos que se seguiram.

São vários os renascentistas cujas obras atravessaram os séculos e são muito conhecidas e apreciadas ainda hoje. Além do já mencionado Leonardo Da Vinci, podemos citar no campo das artes o pintor Michelangelo, cuja obra mais famosa são os afrescos pintados no teto da Capela Sistina, em Roma; Sandro Botticelli, autor de O Nascimento de Vênus.

No campo da literatura, destacaram-se, entre muitos outros autores, o escritor inglês Thomas Morus, autor de A Utopia; Nicolau Maquiavel, autor de O Príncipe; mas, talvez o mais conhecido escritor renascentista seja William Shakespeare, autor de clássicos como Romeu e Julieta, Hamlet, Macbeth, Sonhos de uma Noite de Verão, entre outros.

Caro aluno, aprofundando nossa análise sobre o Renascimento, é interessante atentarmos para o fato de que esse movimento não favoreceu somente o campo das artes, pois a matemática, a astronomia, a física e a medicina tiveram um grande avanço no período. E foi o que chamamos de Renascimento Científico.

A Revolução científica ocorreu na Europa a partir do século XV – Idade Moderna – e deu bases para a consolidação da ciência moderna. O Renascimento e a Revolução científica constituíram o que foi, talvez, o período mais significativo de descoberta e crescimento das ciências em toda a história. Este período precedeu o Iluminismo.

(Fonte: <http://fazerhistoria.com.br/renascimento-cientifico/>)

No período medieval, as respostas sobre as questões que envolviam a relação do homem com a natureza eram dadas através da religião, essa visão teocêntrica não impedia, mas dificultava e muito o avanço científico na Idade Média. No entanto, com a valorização da razão e do homem como centro do mundo, a ciência baseada na observação e experimentação ganhou espaço. Um dos principais cientistas desse período foi Galileu Galilei (1564-1642), conhecido como fundador da física moderna. Sua mais conhecida experimentação científica foi conseguir provar a **teoria heliocêntrica**, formulada anteriormente pelo cientista polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), que afirmava que a

Terra girava em torno de si mesma e em volta do Sol. Por defender essa ideia, Galileu foi julgado por um tribunal da Igreja e, para escapar da morte, negou a sua teoria

A medicina também avançou muito, principalmente em relação às práticas condenadas pela Igreja Católica de dissecação de cadáveres para conhecimento da anatomia humana e de alguns processos que regulam o funcionamento do corpo humano, havendo assim uma nova abordagem da medicina.

O renascimento foi sentido pela burguesia, que passou a praticar o mecenato, ou seja, o financiamento de artistas e cientistas renascentistas. Pode-se destacar ainda a busca por prazeres (hedonismo) e o culto ao corpo como outros aspectos fundamentais do individualismo e, por fim, caro aluno, vale destacar que o entusiasmo com as temáticas do renascimento floresceu na época moderna.

Relembrando...

“(...) a ciência é apenas um degrau, uma escada, um instrumento, que conduz a Deus. O homem não conhecerá a Deus pelas categorias do raciocínio, mas na pura contemplação. A razão conduz até as portas da mística e, então, cala para ceder lugar à graça. Penetrar neste último estágio da contemplação e do êxtase é tarefa fora do alcance das forças humanas”

(Zilles, Urbano. Fé e Razão no pensamento medieval. Porto Alegre: Edipucrs, 1993. pg. 100)

“Devo primeiramente fazer alguns experimentos antes de prosseguir, pois é minha intenção mencionar a experiência primeiro, e então demonstrar pelo raciocínio por que tal experiência é obrigada a operar de tal maneira. E essa é a regra verdadeira que aqueles que especulam sobre os efeitos da natureza devem seguir.”

(Capra, Fritjof. A Ciência de Leonardo da Vinci: um mergulho profundo na mente do grande gênio da Renascença. SP: Cultrix, 2008. Pg.7)

a) Identifique qual dos dois textos representa o pensamento renascentista indicando pelo menos duas características existentes no texto.

2. Aula 2

Democracia Ontem e Hoje

Caro aluno, você frequenta alguma Igreja? Se não frequenta, certamente conhece alguém que frequenta, não é verdade? Provavelmente você ou alguém que você conhece, ou até mesmo alguém de sua família, costuma ir à Igreja. É uma prática muito comum e difundida no nosso país desde os tempos mais remotos. Tanto que, é bem provável que você conheça pessoas que frequentem igrejas das mais diversas, como por exemplo a Metodista, a Batista, a Universal do Reino de Deus... Mas, você sabia que até o século XVI, a única Igreja Cristã que existia era a Católica? As Igrejas Protestantes, genericamente conhecidas no Brasil como “Evangélicas,” só começam a surgir a partir desse século.



Imagem 3- Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio_de_indulg%C3%Aancias

Caro aluno, a imagem acima representa uma prática comum entre membros da Igreja Católica (chamado Clero) no século XVI, prática esta que também foi um dos principais alvos de críticas feitas à Igreja naquele período: a venda desmedida de indulgências. A Indulgência era o perdão dado pela Igreja aos pecadores, que acreditavam que seus pecados seriam perdoados.

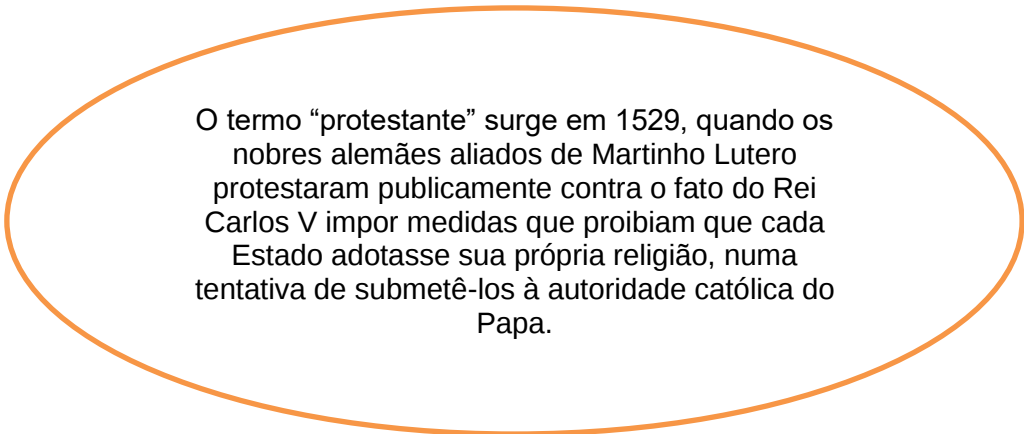
O XVI, que como vimos na aula anterior, é o século do Renascimento, marcado por transformações políticas, econômicas e culturais, é também um século de aflição para grande parte da Europa. O continente ainda não estava totalmente recuperado da devastação causada pela Peste Negra e dos conflitos internos que marcaram o século anterior, especialmente a Guerra dos Cem Anos. Toda essa atmosfera aumentava o medo

da morte em pecado, fomentando, assim, o comércio das indulgências. Porém, essa não era a única crítica sofrida pela Igreja Católica. Além das indulgências, ela também era acusada de vender “bens sagrados” como objetos, bênçãos, favores e, principalmente, cargos eclesiásticos; e os membros do clero eram constantemente acusados de casarem-se ou viverem com mulheres, contrariando o celibato. Essas práticas somadas a outras eram consideradas práticas abusivas da Igreja e incomodavam profundamente muita gente naquela época.

Entre as pessoas que criticavam duramente essas práticas da Igreja Católica estavam membros da própria Igreja. Dentre esses religiosos críticos da instituição estava o monge alemão Martinho Lutero. Após estudar teologia durante anos, Lutero concluiu que somente a fé poderia redimir os humanos de seus pecados e de que nada adiantava as obras realizadas em vida, uma vez que o pecado é próprio do ser humano, que foi contaminado desde o “pecado original” de Adão e Eva.

Contagiado por essas ideias e insatisfeito com os abusos do Clero, Martinho Lutero lança, em 1517 as 95 Teses, texto em que expõe teorias divergentes da católica e aponta as práticas condenáveis da Igreja, especialmente a venda de indulgências. Vale lembrar, que a princípio Lutero não pretendia romper com a Igreja Católica e sim promover uma reforma interna. No entanto, a reação da Igreja às teses de Lutero foi dura e em 1521 Lutero foi excomungado pelo Papa Leão X. Nesse momento, ele queimou publicamente a bula papal que o condenou e rompe definitivamente com a Igreja Católica. As ideias de Lutero alcançam aliados em diversos meios, especialmente entre nobres interessados em se apossar das terras da Igreja. Em 1530, ele vai reafirmar seu ideal em um documento intitulado Confissão de Augsburgo, onde define a doutrina de uma nova Igreja: a Luterana.

Reforma Calvinista



O termo “protestante” surge em 1529, quando os nobres alemães aliados de Martinho Lutero protestaram publicamente contra o fato do Rei Carlos V impor medidas que proibiam que cada Estado adotasse sua própria religião, numa tentativa de submetê-los à autoridade católica do Papa.

O ideário de Lutero se espalhou rapidamente por toda a Europa. Para isso, outras

vozes se levantaram em nome da Reforma. No entanto, é importante dizer que essas ideias não chegaram intactas em todas as partes da Europa. A elas foram se somando novas ideias ou as mesmas foram sendo desenvolvidas e reinterpretadas. Um desses “reformuladores” do pensamento de Lutero foi o francês João Calvino, que implementou sua reforma em regiões como Suíça, Países Baixos e parte da França.

A principal diferença entre Lutero e Calvino se refere à doutrina da salvação, que para Lutero se daria pela fé. Já para Calvino, de nada adianta ter fé ou as boas obras em vida, pois acreditava que os seres humanos já nasciam predestinados por Deus a serem salvos ou não. Segundo a maioria dos estudiosos, essa doutrina favorecia a burguesia, uma vez que permitiu a valorização do trabalho, não condenava a usura e considerava a riqueza material sinais da graça de Deus e não pecado, como na doutrina católica. Na verdade, a Reforma protestante como um todo foi associada ao desenvolvimento do capitalismo na Europa.

Assim como o luteranismo, as ideias de Calvino rapidamente se espalharam da Suíça para várias partes da Europa. Na França, os calvinistas foram chamados de Huguenotes, na Escócia de presbiterianos e na Inglaterra puritanos

A reforma religiosa promovida na Inglaterra, chamada de Anglicana, teve uma conjuntura um tanto diferente da luterana e calvinista. O rei inglês Henrique VIII chegou a criticar duramente as ideias de Lutero e sua reforma. No entanto, em 1527, quando o Papa se nega a anular seu casamento com Catarina de Aragão para que pudesse se casar com a amante Ana Bolena, o Rei inglês rompe com a Igreja Católica, ignorando a ordem papal e se casando com o consentimento do Parlamento. Diante disso, o Rei e sua nova rainha são excomungados pelo Papa Clemente VII em 1533. Porém, através do Ato de Supremacia, o Parlamento inglês tornou Henrique VIII o chefe supremo da Igreja da Inglaterra, criando assim a Igreja Anglicana.

É importante percebermos, a questão política que envolve o rompimento de Henrique VIII com a Igreja. Nesse momento, o rei buscava promover o fortalecimento do seu poder, enfraquecendo o poder político e econômico da Igreja. Enfraquecer o poder da Igreja favoreceria o poder real, mas também atendia aos anseios da nobreza, que pretendia apoderar-se dos bens. Dessa forma, os interesses políticos do rei e da nobreza estavam presentes na fundação da Igreja Anglicana.

Contrarreforma ou Reforma Católica

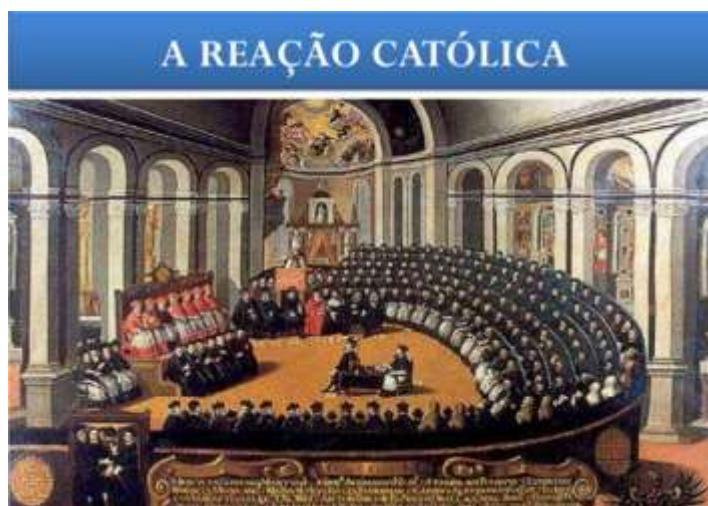


Imagem 7 -Fonte: <https://escolaeducacao.com.br/exercicios-sobre-a-contrarreforma/>

Prezado aluno, é possível que você esteja se questionando: será que os católicos deixaram toda essa situação acontecer sem fazer nada a respeito? Ela aceitou a reforma e perdeu milhões de fiéis sem tomar uma atitude? Veremos que a Igreja Católica tomou, sim, uma atitude. Na verdade, várias atitudes para conter suas perdas. Antes mesmo da Reforma iniciada por Martinho Lutero, alguns setores da Igreja Católica planejavam promover uma reforma interna. Esse intuito se acelerou com a expansão do protestantismo na Europa.

Para frear a perda de fiéis e conquistar novos fora da Europa, a Igreja trabalhou com instrumentos de persuasão e de repressão. A maior expressão deste último foi a reestruturação do Tribunal da Inquisição, responsável por processar e queimar os protestantes considerados hereges. Além disso, com intuito de impedir a divulgação de ideias contrárias ao clero, a Igreja publicou o Index, lista de livros e autores proibidos.

Por outro lado, a Igreja não adotou apenas a repressão para conter a Reforma. Ciente da necessidade de reformular aspectos internos, especialmente a contenção da corrupção e “abuso” do clero, ela apostou na melhoria dos seminários, fortalecimento das pastorais e apoio às ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, que investiu em escolas religiosas e na catequização dos não cristãos, especialmente aqueles dos povos recém-conquistados na América, ou seja, os Indígenas. E por fim, a convocação do Concílio de Trento entre os anos 1545-1563, que reafirmava a doutrina tradicional da Igreja Católica (importância da fé e das boas obras para a salvação; o papel da Bíblia e da Tradição da Igreja como fonte da verdade; os sete Sacramentos e o culto da Virgem e dos Santos; restabelecimento da autoridade da Santa Sé sobre o mundo católico).

Relembrando...



Imagem 8- Fonte: <http://morad.com.br/a-liberdade-religiosa-e-o-direito-a-vida/>

1 – O que significa um mundo religiosamente plural como representado na imagem?

b) Para você o que vem a ser INTOLERÂNCIA RELIGIOSA?

3. Aula 3

Estado Moderno e Absolutismo

Caro aluno, você notou que sempre que falamos de poder na Idade Média fazemos mais referência ao Papa e a Igreja Católica como um todo do que aos Reis? Você saberia dizer por quê? E você já se perguntou em que momento o Rei começa a aparecer tanto ou mais que a Igreja quando falamos de poder? Vamos, nesta aula, tentar responder estas perguntas e levantar outras que fazem parte da transição da Idade Média para a Moderna.

Uma das principais características da Idade Média era a fragmentação político administrativa da Europa. Isso ocorria porque os feudos eram unidades políticas independentes onde quem exercia o poder eram os senhores feudais. Geralmente, esses nobres se submetiam ao poder do Papa, representante máximo do Sacro Império Romano Germânico, ou seja, da Igreja Católica e não ao poder do Rei. Este era mais um senhor feudal e exercia um poder simbólico. Dessa forma, a Europa se identificava mais como fazendo parte da “cristandade” do que como pertencente a Estados. Isso porque não havia Estados centralizados.

A ideia de constituição de Estados Centralizados, de pertencimento a uma nação governada por um Rei que seria o soberano, surge na modernidade. A necessidade de organização de Estados Modernos surge a partir do desmantelamento das relações feudais e da ascensão da burguesia. Para os burgueses, grupo social ligado ao comércio, a sociedade precisa de uma nova organização política. A continuidade de seu progresso dependia da implantação de governos estáveis que acabassem com as constantes guerras feudais e que facilitasse as atividades comerciais, padronizando pesos e medidas e diminuindo a quantidade de impostos (que eram cobrados dentro de cada feudo).

Mas, você deve estar se perguntando o que era preciso para que houvesse uma centralização de poder e quais seriam as características dos Estados Modernos? Vamos falar sobre isso agora.

De extrema importância para o estabelecimento de Estado Moderno centralizado é a definição do território. Cada estado precisa definir suas fronteiras políticas e estabelecer os limites territoriais de cada governo nacional, é importante destacar que esses estados precisam ter características que fazem com que as pessoas possam se reconhecer como pertencentes a eles. Um dos principais fatores que proporciona esse reconhecimento e define a identidade do país é o idioma, ou seja, a língua falada. Outro fator é a elevação do Rei à categoria de soberano, isto é, ele deixava de ter apenas poder simbólico para se

transformar em um governante com poderes de fato. Para isso, o Rei deveria arregimentar um exército permanente que lhe garantisse a estabilidade de seu poder e a execução de suas decisões.

Com a formação dos Estados Nacionais, o poder alcançado pela figura do Rei em cada Estado ganhou enormes proporções. O fortalecimento do poder dos monarcas se deu por vários motivos, entre eles o crescimento do comércio com o consequente aumento de recursos das monarquias, alcançados através da cobrança de impostos. Outro fator de grande importância foi a crise da Igreja Católica a partir das reformas religiosas, que resultou no enfraquecimento do poder do Papa e da Igreja de maneira geral. Dessa maneira, as monarquias foram cada vez mais fortalecidas, sendo chamadas de **Monarquias Absolutas**. O regime estabelecido pelos reis absolutos modernos ficou conhecido como **Absolutismo**.

Como o próprio nome já indica, em uma monarquia absoluta, o monarca, ou seja, o Rei, detém poderes absolutos. Isso quer dizer que todo o poder está centrado em suas mãos (diferente da época feudal, quando o poder era fragmentado nos feudos dos nobres feudais). No absolutismo, o monarca assumia as funções de executar as leis, comandar o exército, arrecadar os impostos, aplicar a justiça, enfim, era o “todo poderoso”.

Mas o poder do Rei podia ir além. Em alguns países, como França e Inglaterra, por exemplo, ele era legitimado por um discurso religioso que assumia que os reis seriam escolhidos pelo próprio Deus para governar. A **Teoria do Direito Divino dos Reis** dava ainda mais poderes ao monarca absoluto, uma vez que ninguém ousaria contestar a vontade divina. Cabe ressaltar aqui que apesar do fortalecimento da figura real, a Igreja continua tendo grande poder e influência nos assuntos políticos.

O Rei Luís XIV, monarca francês que governou o país entre 1643 e 1715 e a fase atribuída a ele, sintetiza o poder dos reis absolutistas, que personificavam o Estado em sua própria imagem. Nas monarquias absolutas, a pessoa do Rei e o Estado se confundem. O governo de Luís XIV é considerado o auge do absolutismo na França.

É preciso esclarecer, prezado aluno, que os Estados modernos e o absolutismo não se desenvolveram da mesma maneira na Europa inteira. Cada país teve a sua peculiaridade. Uns antes, outros depois, e por motivos diferentes. Portugal e Espanha, por exemplo, foram os primeiros países a se constituírem Estados centralizados, em 1385 e 1492 respectivamente. Ambos os casos estão relacionados com as guerras de reconquista, pelos cristãos, de territórios dominados por muçumanos. Para reaver os territórios, era preciso centralizar o Estado para fortalecê-lo e organizar um exército forte. Nos séculos seguintes, França e Inglaterra promoveram a centralização do Estado.

No caso da França, a formação da monarquia absoluta também estava relacionada com uma guerra: a Guerra dos Cem Anos (1337- 1453), que já comentamos aqui. Durante essa guerra contra a Inglaterra, o sentimento nacional francês cresceu e os sucessivos monarcas se fortaleceram. Na Inglaterra, o processo se deu no século XVI, com o fortalecimento do Rei Henrique VII, que em seu governo enfraqueceu o parlamento, que desde o século XII limitava o poder dos reis.

Seu filho e sucessor Henrique VIII, consolida a monarquia absoluta na Inglaterra ao romper com a Igreja Católica e fundar a Igreja Anglicana sob seu controle.

Caro aluno, vimos que os monarcas absolutos concentravam todos os poderes em suas mãos e interferiam em diversos aspectos da sociedade, incluindo na economia. A intervenção do Estado nesse setor foi uma das características mais marcantes dos Estados Modernos. A política econômica implementada pelos monarcas absolutos foi denominada **Mercantilismo**. De acordo com a política mercantilista, os governos buscam alcançar desenvolvimento através do acúmulo de riquezas e quanto maior a quantidade de riquezas, maior seria o prestígio e poder. As principais características do mercantilismo são:

Metalismo: acúmulo de metais preciosos, especialmente ouro e prata.
Protecionismo Alfandegário: com intuito de incentivar a indústria nacional, o governo taxava com altos impostos os produtos vindos do exterior.

Balança Comercial Favorável: A ideia era exportar mais produtos do que importar para garantir a permanência da maior quantidade de moeda possível dentro do país.

Pacto Colonial: as colônias europeias nas Américas só poderiam comercializar com sua metrópole (como é o caso de Portugal, que controlava o comércio dos produtos oriundos do Brasil, sua colônia).

Aula 4

ATIVIDADES

1 - Observe a figura abaixo:



Imagem 10- Fonte: <http://morad.com.br/a-liberdade-religiosa-e-o-direito-a-vida/>

A Peste Negra (1346 – 1353) foi um momento pandêmico devastador durante a Idade Média. Faça uma análise sobre os danos políticos, econômicos e sociais resultantes deste momento histórico

6. Aula 5

ESTUDO DIRIGIDO

Faça uma pesquisa sobre massacre da noite de Noite de São Bartolomeu, fato histórico sobre intolerância religiosa que ocorreu no século XVI, abordando seus motivos e suas consequências.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SÃO PAULO. COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS PARA O 1º GRAU . São Paulo, SE/CENP, 1978, p. 79.

DELUMEAU, Jean. Nascimento e Afirmação da Reforma Protestante. São Paulo: Pioneira, 1989.

LOPES, Marcos Antônio. Absolutismo: política e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. São Paulo: Atual, 1994.básicos. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (org.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012